

# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 7

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

## **7**

**Atena Editora**  
**2018**

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 7 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-064-3

DOI 10.22533/at.ed.643192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Najila Thomaz de Souza</i>	
<i>Renata Soraia de Paula</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<i>Leila Moraes Nogueira Azevedo</i>	
<i>Leida Cabral Nascimento Silva</i>	
<i>Ana Karolina Pinheiro Carvalho da Silva</i>	
<i>Thalyne Dutra Falcão</i>	
<i>Maria dos Reis Araújo Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS	
<i>Jonatha Farias Carneiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
CAPITALISMO FLEXÍVEL X DIREITOS TRABALHISTAS	
<i>Veneranda Acosta</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS PONTUAIS À FORMAÇÃO DE UM FÓRUM EMPRESARIAL LGBT	
<i>João Bosco Hora Góis</i>	
<i>Kamila Cristina da Silva Teixeira</i>	
<i>Francisco José Mendes Duarte</i>	
<i>João Luis Alves Pinheiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	
<i>Daniele de Fátima Amorim Silva</i>	
<i>Talita de Sousa Nascimento</i>	
<i>João Carlos Souza Marques</i>	
<i>Jainne Soares Coutinho</i>	
<i>Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922016</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>72</b>
IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EM BUSCA DO ESTATUTO ONTOLÓGICO	
<i>Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio</i> <i>Lenha Aparecida Silva Diógenes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>83</b>
MEDIDAS DE ATIVAÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: RETORNO À ADMINISTRAÇÃO DO MÉRITO?	
<i>Juan Felipe Alves de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL	
<i>Roosevelth Ramos Barroso Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6431922019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>103</b>
OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO	
<i>Rute Andrade dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>125</b>
PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM STARTUPS EM SÃO LUÍS, MA	
<i>Heitor Natividade Oliveira</i> <i>Carla Vaz dos Santos Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>142</b>
PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO	
<i>Erbio dos Santos Silva</i> <i>Maria do Socorro Vasconcelos</i> <i>Genilda Teixeira Pereira Amaral</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>156</b>
REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS NA REGIÃO AMAZÔNICA: DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL NO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Gabriele Aires da Silva</i> <i>Samuel dos Santos Junio</i> <i>Emi Silva de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.64319220114</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>168</b>
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE <i>Aldo Vieira Ribeiro</i> DOI 10.22533/at.ed.64319220115	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>183</b>

## OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

**Joselita Olivia da Silva Monteiro**

Universidade Federal de Alagoas, UFAL.

Maceió – Alagoas

**RESUMO:** O presente artigo situa os fundamentos ontológicos do trabalho e à maneira como o Serviço Social é apreendido no contexto das contradições que gestam o sistema capitalista e impõem a necessidade de sua atividade profissional. Tem como objetivo, enfatizar o debate que existe no seio da profissão sobre sua atividade se constituir ou não enquanto trabalho em seu sentido ontológico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Sociabilidade Capitalista; Serviço Social.

### 1 | INTRODUÇÃO

Neste artigo nos propomos apreender o Serviço Social, na esfera da categoria trabalho, no contexto das contradições que gestam o sistema capitalista e impõe a necessidade de uma atividade profissional como a do/a assistente social. Ademais, advém dos estudos efetivados na disciplina de Serviço Social e Relações Sociais, dada no mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, sob

a orientação da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Prêdes.

A apreensão teórica tem como base o marxismo que afirma o trabalho enquanto intercâmbio orgânico do homem com a natureza. Com este ponto de partida afirma-se o trabalho como condição fundamental da existência humana e da categoria fundante do ser social, da reprodução social e dos demais complexos sociais, como o próprio Serviço Social.

Dessa maneira inicialmente se situa o trabalho enquanto atividade humana singular que advém do intercâmbio orgânico do homem com a natureza. Nesta primeira parte do artigo afirma-se que do trabalho se efetivam outros complexos sociais, também necessários à reprodução social, mas que, não são necessariamente trabalho no sentido ontológico.

Seguidamente, abordamos o contexto histórico, que efetiva a necessidade do Serviço Social, bem assim, pautamos a sociabilidade capitalista e a exploração dimanada pela regência do capital sobre o trabalho. Apontamos sucintamente às perspectivas que afirmam o Serviço Social como sendo trabalho ou não, no entanto, pela proposta deste artigo não aprofundamos o debate sobre esta questão, que como bem sabemos não é unívoco.

Por assim dizer, este artigo tende a

apreender o Serviço Social enquanto trabalho improdutivo, uma vez que não tem como função social mediar à relação do homem com a natureza, mas sim a relação dos homens com outros homens compreende-o então como posição teleológica secundária.

## 2 | TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL

De acordo com Marx o trabalho é a atividade humana singular que medeia à relação dos homens com a natureza, convertendo objetos materiais em objetos sociais, nos dizeres do autor o trabalho é,

Um processo em que o homem por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] No fim do processo de trabalho obtêm-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma material; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural o seu objetivo. [...] os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, comum a todas as formas sociais (MARX, 1983, p. 149-150).

Esta citação evidencia a relação apontada por Marx entre teleologia e causalidade, que dá origem ao ser social, este é a síntese das determinações estruturais e apenas ele é capaz de agir teleologicamente, ou seja, apenas ele propõe finalidades e dispõe da capacidade de projetar, assim, o trabalho é, sobretudo uma atividade em que o homem age sobre a natureza com a finalidade de produzir valores de uso necessários à sua existência. Esta teleologia, ainda para Marx, pode ser de caráter primário, no caso da transformação da natureza, ou secundário no caso do conjunto das práxis sociais que não operam a transformação material da natureza e advém da teleologia primária.

O ser social se constitui enquanto um ser que, se comparado a outros tipos de seres, se diferencia porque é capaz de:

1. realizar atividades teleologicamente orientadas;
2. objetivar-se material e idealmente;
3. comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada;
4. tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente;
5. escolher entre alternativas concretas;
6. universalizar-se; e
7. sociabilizar-se (NETTO; BRAZ, 2008, p.41)

Assim, apenas o ser social é capaz de criar produtos, que uma vez criados, ganham uma objetividade para além de sua existência, a exemplo da construção de um martelo, que construído para determinado fim, não se extenua na finalidade que

orientou a sua construção. Outro aspecto elementar do ser social se refere a sua capacidade de recorrer à linguagem articulada ao cabo de exteriorizar e viabilizar o seu pensamento. Pela consciência o ser social conhece a natureza e, por conseguinte, a si mesmo. Em sua ação sempre encontra alternativas e pode fazer escolhas entre elas –

– e a escolha entre alternativas concretas configura o exercício da *liberdade*: ser livre é poder escolher entre elas; o ser social é um ser capaz de liberdade. Pensar, conhecer, projetar, objetivar-se, escolher – tudo isso supõe a capacidade de se desprender do dado imediato, das singularidades dos fenômenos: supõe a capacidade de *universalizar*. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 42, grifo do autor)

Com o que está explicitado nesta citação, compreende-se que a reprodução do ser social, ou seja, sua capacidade de ampliar-se e enriquecer-se, não se dão meramente por mecanismos de caráter biológico ou genético. Enquanto ser social dispõe da capacidade de sociabilizar-se, isto é, de apropriar-se e desenvolver-se socialmente, através fundamentalmente dos processos de interação social.

Compreendido assim, o ser social não pode ser visto como um ser natural, mas como “uma estrutura que resulta da auto-atividade dos homens e permanece aberta a novas possibilidades – é uma estrutura histórica inconclusa” (Netto; Braz, 2008). Esta diferença é marcada pelo surgimento do trabalho, uma vez que através dele se torna possível o afastamento das barreiras naturais vividas pelos homens originariamente, e, por conseguinte, a reprodução social. Por assim dizer, o trabalho lança a humanidade em um processo histórico consubstanciado pelo desenvolvimento para além de si próprio (LESSA, 2012).

Por este viés, compreende-se que o trabalho constitui o ser social, mas o ser social não se resume ao trabalho, uma vez que seu desenvolvimento o aproxima de objetivações que ultrapassam o espaço vinculado diretamente ao trabalho, como é o caso da ciência, filosofia, arte, etc., esferas de objetivação que se autonomizaram das exigências precípuas do trabalho.

O desenvolvimento do ser social efetiva o surgimento de uma racionalidade, que sobre a base do trabalho, cria objetivações próprias. Neste caso, quando afirmamos que o ser social advém do trabalho, porém é mais que o trabalho, queremos assinalar que as objetivações criadas pelo ser social transcendem o universo do trabalho, constituindo uma categoria também abrangente, que é a categoria da práxis, “A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas” (NETTO; BRAZ, p. 43).

Nesta medida, é necessário precisar duas diferenças que caracterizam as objetivações da práxis. Uma delas é o trabalho, voltado para o controle, exploração da natureza, e como tal se dá a partir da relação em que o homem é o sujeito e a natureza o objeto. A outra trata da relação própria entre os sujeitos, em que o homem atua sobre si mesmo, como é o caso práxis educativa, por exemplo. Os produtos resultantes destas práxis se materializam de maneira diferente, e podem objetivar-se

materialmente ou idealmente. No caso do trabalho esta objetivação é necessariamente material, e no caso das outras práxis essas objetivações se dão sem a transformação da estrutura material.

“Vale dizer que da práxis não resultam apenas produtos, obras e valores que permitem aos homens se reconhecerem como autoprodutores e criativos” (NETTO; BRAZ, 2008 p. 44) em dadas condições históricas, os produtos do trabalho e objetivações ideais, deixam de se mostrar como objetivações que explicitam a humanidade dos homens, e aparece como algo que escapando ao seu controle, lhe é superior. Esta condição marca o fenômeno histórico da alienação, e esta é peculiar às sociedades em que a divisão social do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção, se realizam ao lado de determinadas formas de exploração do homem pelo homem. Vale salientar que sob a condição da propriedade privada, o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, ele é extraído de acordo com as leis que regem a produção em determinado período histórico.

Esta referência à alienação e suas bases efetivadas pela divisão social do trabalho e da propriedade privada, faz-se necessária para que se possa compreender que a atividade do trabalho, ao dar início ao processo de humanização não é perene, nem tão pouco unívoca. Dado o contexto de amplo desenvolvimento das forças produtivas, originalmente efetivado pelo trabalho e seus desdobramentos,

[...] até hoje o desenvolvimento do ser social jamais se expressou como igual desenvolvimento da humanização de *todos* os *homens*; ao contrário: até nossos dias, o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma *humanização extremamente desigual* – ou, dito de outra maneira: até hoje o processo de *humanização* tem custado o sacrifício da maioria dos homens (NETTO, BRAZ; 2008, p. 46).

Ao situar o trabalho como fundante do ser social, e por isso presente em todas as formas de sociabilidade, devemos afirmar que é no âmbito do capitalismo, que pela primeira vez na história, o desenvolvimento das forças produtivas, efetivadas, sobretudo, pelo trabalho, alcança um patamar de produção e acumulação que poderia ser versado por toda a humanidade, no entanto, em virtude de sua lógica, não o faz.

Devido a isto concluímos que somente numa sociedade que supere a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, é possível vislumbrar todas as possibilidades do desenvolvimento do ser social acessíveis a todos os homens.

### 3 | SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO TRABALHO

A emergência do Serviço Social enquanto profissão se dá no contexto do aviltamento da força de trabalho no âmbito da industrialização, sob as condições históricas que requerem novas modalidades de intervenção do Estado junto à força

de trabalho, “a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, ‘à racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*” (Netto, 2009, p. 73, grifo do autor).

Neste marco, a mobilização dos trabalhadores em torno das lutas por direitos civis, políticos e sociais, forçam o Estado e os setores da classe dominante a se posicionarem diante da “questão social” que se expressa não somente no empobrecimento do trabalhador mas,

[...] tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos, de forma organizada, oferecem resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores para o capital. No percurso do desenvolvimento do capitalismo atravessados por lutas sociais entre capital e trabalho constituem-se respostas sociais mediadas ora por determinadas organizações sociais, ora pelo Estado, num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital (PIMENTEL; COSTA, 2002, p.7).

Diante deste contexto, de luta de classes, a efetivação das políticas sociais é permeada de contradição, ao passo que representa conquistas por parte do trabalho, sem necessariamente representar perdas para o capital. A nosso ver as concessões por parte do Estado têm, sobretudo, a finalidade de manter a regência do capital sobre o trabalho. Assim, o desenvolvimento das políticas sociais requisitam tanto profissionais que as elaborem, quanto as executem, e é nesta execução que se centra o surgimento do Serviço Social, cuja função na sociedade de acordo com Netto (2008) remete fundamentalmente à execução terminal das políticas sociais.

Nesta medida, o Estado em sua fase monopolista constitui o instrumento da ordem e hegemonia da burguesia, e as políticas sociais constituem a função de seus elementos significativos, tanto pela via do “controle e manutenção do sistema, quanto das lutas das classes trabalhadoras em permear o Estado com suas demandas e reivindicações” (Montaño, 2008, p. 54).

Ao identificar o significado da profissão enquanto um dos elementos que participa da reprodução das relações sociais, no contexto contraditório entre as classes, para Yamamoto (2008) a profissão se configuraria como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho inerente à sociedade industrial.

É necessário esclarecer que o trabalho assalariado é a forma específica do modo de produção capitalista, e isto nos permite afirmar que ele é a parte constitutiva do sistema de exploração inerente a este modo de produção. Assim, como no âmbito do capitalismo tanto o trabalho concreto, quanto as demais atividades humanas são convertidas em trabalho abstrato - produtivo e improdutivo, parece-nos que a condição de trabalhadores assalariados pelo capital é o que possibilitaria afirmar o Serviço Social enquanto trabalho.

De acordo com Marx, o trabalho abstrato, se divide em trabalho produtivo e improdutivo. A distinção ontológica entre um e outro é feita a partir da função social

que exercem na reprodução do capital. Ou seja, de produtores ou não produtores de mais-valia<sup>1</sup>, nesta medida, o processo de valorização do capital inclui atividades improdutivas. Estas são necessárias porque preparam e criam as condições sociais para que o trabalho se realize. Como salienta Lessa

Se nos dermos conta desta distinção entre as funções ontológicas do trabalho e das outras práxis – com todas as devidas mediações – preparatórias do trabalho, podemos perceber mais facilmente que, para além da aparente semelhança de forma, “materialidade” e da relação assalariada [...], há realmente uma diferença decisiva entre cada uma dessas práxis. Esta diferença tem suas raízes na função social a ser exercida (Lessa, 2012, p. 47).

Diante disso podemos afirmar que o trabalho entendido ontologicamente, é a práxis social que funda os meios de produção e de subsistência, enquanto as outras práxis, derivadas dele, efetivam as funções preparatórias muitas vezes indispensáveis à realização dos atos de trabalho historicamente necessários. Por isso para Marx (1983) o trabalho é a categoria fundante da reprodução social, em que os homens ao transformarem a natureza, também se transformam enquanto indivíduos, desta maneira, consolidando a história enquanto autoconstrução humana.

Faz-se necessário lembrar que a divisão social do trabalho no contexto do capitalismo, efetiva o surgimento de diversas profissões, que não se situam enquanto as classes fundamentais próprias do capitalismo, que seria a burguesia e o proletariado, Lessa (2012) as identifica enquanto “classe de transição”. Nesta medida, de acordo com o autor,

Ela é composta por aqueles indivíduos que não pertencem aos operários porque não operam o intercâmbio orgânico do homem-natureza e por isso não produzem o ‘conteúdo material da riqueza’; mas, por outro lado, também não são membros da classe dominante porque não possuem a propriedade dos meios de produção. Estes indivíduos são na enorme maioria das vezes, assalariados pagos pela classe dominante (por vezes pela mediação do Estado) com os recursos que advêm da exploração da classe trabalhadora. Por isso são, também, do ponto de vista econômico e produtivo, parasitários da riqueza produzida pelos trabalhadores (Lessa, 2012, p. 68).

Com esta citação podemos entender que para Lessa a atuação da “classe de transição” muitas vezes, é indispensável à perpetuação da lógica do capital, precisamente pela função que desempenha no capitalismo, a de auxiliares da burguesia. Assim, no entendimento do autor os/as assistentes sociais são assalariados/as porém, não são operários e por isso integram a “classe de transição”, por não desempenhar o papel produtivo na construção da riqueza. Para o autor o Serviço Social não é trabalho.

Anosso ver, o entendimento do Serviço Social como profissão que atua no controle social dos trabalhadores ou como crítica da exploração da força de trabalho inerente à sociabilidade capitalista, aponta para a perspectiva da sua apreensão como trabalho improdutivo. Ressaltamos que para Gilmaisa Costa (2012), a finalidade principal dos

1

Fonte de lucro apropriado pelo capitalista consiste no valor do trabalho não pago ao trabalhador.

complexos sociais que fazem parte das posições teleológicas secundárias “é agir sobre a consciência dos homens, consciência entendida no sentido concreto, como aquela que regula as ações práticas do indivíduo na vida cotidiana”.

Com base no exposto entendemos que o Serviço Social, é uma atividade que tem como marco lidar com as diversas expressões das contradições gestadas pelas relações sociais capitalistas e o cotidiano profissional exigem respostas dentro desta sociedade. Assim, é um campo de ação típico das relações sociais e, enquanto tal, da posição teleológica secundária.

## 4 | CONCLUSÃO

Este artigo nos colocou diante de um debate que não é tênue nem tão pouco unívoco, ainda assim, nos permitiu chegar a algumas conclusões e também deixar tantas outras ideias abertas, que inclusive nos estimularão a voltar a esta temática.

É consensualmente aceite entre os diversos autores a que recorremos que a emergência do Serviço Social enquanto profissão se dá no contexto da divisão social do trabalho na especificidade do modo de produção capitalista. O que nos parece enquanto ponto de conflito entre os autores é a conclusão de que por se institucionalizar da divisão social do trabalho, e ao ser uma profissão assalariada, poderia se haver uma identificação desta profissão com as atividades do trabalho no sentido ontológico.

Do ponto de vista que partimos, de ser o trabalho o intercâmbio orgânico do homem com a natureza, compreendemos que o mesmo funda o ser social, e não só, a partir do trabalho são dadas as condições para a reprodução social. Nesta medida, a perspectiva que informa nosso conhecimento, nos permite afirmar que o trabalho é necessariamente a mediação entre o homem e a natureza em que por essa ação o homem converte os objetos materiais em objetos sociais.

Assim, outras ações que não contemplem este intercâmbio, embora derivadas do trabalho não são trabalho, e o Serviço Social assim como outros complexos se caracterizam como posição teleológica secundária e não como trabalho.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Gilmaisa Macedo de. **Serviço Social em debate: ser social, trabalho, ideologia**. Maceió: EDEFAL, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esforço de uma Interpretação Histórico-metodológica**. 8. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho: porque o serviço social não é trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R.

Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política uma introdução crítica**. 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-064-3

